



IPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVI –16/04/2026

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 09:00 (nove horas), teve início a 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia – IPREVI, realizada na sede da Autarquia, localizada na Avenida dos Expedicionários, nº 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocada por meio da Carta/COMINIPREVI/005/2026. Estiveram presentes os membros do Comitê de Investimentos – COMINIPREVI: Alessandra Arantes Marques, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Ângela Maria Ribeiro da Silva, Edgar Soares de Aguiar e Ives Pereira Tavares. A Diretora-Presidente, Sra. Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando os presentes e agradeceu a presença do consultor da empresa Crédito e Mercado, Sr. Bruno Leme, que realizou, de forma presencial, a apresentação do Relatório “Nossa Visão”, datado de 13 de abril de 2026 (treze de abril de dois mil e vinte e seis), contendo análise macroeconômica, retrospectiva do cenário econômico e perspectivas para os próximos meses, com projeções de IPCA em 4,71% (quatro vírgula setenta e um por cento), PIB em 1,85% (um vírgula oitenta e cinco por cento), taxa de câmbio em R\$ 5,37 (cinco reais e trinta e sete centavos) e taxa Selic em 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento), destacando os reflexos desses indicadores na gestão da carteira, especialmente diante do ambiente de juros elevados, da volatilidade dos mercados de renda variável e exterior e da necessidade de preservação da liquidez, segurança, rentabilidade, solvência e aderência à meta atuarial. Na sequência, o Sr. Bruno Leme apresentou o Relatório Analítico dos Investimentos referente à competência de março e ao 1º trimestre de 2026 (primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis), elaborado em conformidade com as diretrizes aplicáveis aos RPPS, especialmente a Portaria MTP nº 1.467/2022, a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Política Anual de Investimentos vigente, contemplando a consolidação da carteira, enquadramentos legais, aderência à Política de Investimentos, segmentação por gestores, administradores, ativos e subsegmentos, rentabilidade mensal e acumulada, benchmarks, riscos, Value at Risk – VaR, movimentações do mês, disponibilidades financeiras, evolução patrimonial e demais indicadores de retorno. Conforme apresentado, a carteira do IPREVI, na posição de 31/03/2026, apresentou patrimônio total de R\$ 385.189.738,15 (trezentos e oitenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais e quinze centavos), sendo R\$ 384.690.461,60 (trezentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) considerados para fins de cálculo dos limites da Resolução e R\$ 499.276,55 (quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) em disponibilidades financeiras. A alocação demonstrou predominância em renda fixa, com R\$ 224.387.982,85 (duzentos e vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 58,33% (cinquenta e oito vírgula trinta e três por cento) da carteira; renda variável, com R\$ 113.390.698,41 (cento e treze milhões, trezentos e noventa mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), equivalente a 29,48% (vinte e nove vírgula quarenta e oito por cento); fundos estruturados, com R\$ 37.559.663,92 (trinta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), equivalente a 9,76% (nove vírgula setenta e seis por cento); investimentos no exterior, com R\$ 7.650.916,42 (sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 1,99% (um vírgula noventa e nove por cento); e fundos imobiliários, com R\$ 1.701.200,00 (um milhão, setecentos e um mil e duzentos reais), equivalente a 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento), evidenciando carteira diversificada entre CDI, títulos públicos, IRF-M

[Handwritten signatures in blue ink]



1, IRF-M, IMA-B 5, crédito privado, ações, multimercados, exterior e fundos imobiliários, em observância aos limites de enquadramento e à estratégia definida na Política Anual de Investimentos. Quanto à rentabilidade, registrou-se que o mês de março apresentou retorno negativo de -0,79% (menos zero vírgula setenta e nove por cento), impactado principalmente pela maior volatilidade dos ativos de renda variável, multimercados e exterior; contudo, no acumulado do ano, a carteira apresentou retorno positivo de 3,76% (três vírgula setenta e seis por cento), frente à meta atuarial acumulada de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento), atingindo 115,29% (cento e quinze vírgula vinte e nove por cento) da meta no período. Na análise do desempenho, destacou-se que os fundos DI/CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 e títulos públicos contribuíram para a sustentação da rentabilidade acumulada em razão do ambiente de juros elevados, enquanto a renda variável brasileira apresentou desempenho misto em março, mas permaneceu contribuindo no acumulado do ano; já os investimentos no exterior e fundos ligados à bolsa americana, tecnologia, robótica, inteligência artificial e economia digital apresentaram maior oscilação, refletindo o cenário externo mais volátil e exigindo acompanhamento contínuo quanto ao risco e à aderência à estratégia de longo prazo. Após a análise do cenário macroeconômico, da composição da carteira, dos enquadramentos legais e do desempenho dos ativos, o Comitê de Investimentos registrou ciência das informações apresentadas e deliberou que as movimentações deverão observar a Política Anual de Investimentos vigente, os limites da Resolução CMN nº 5.272/2025, a análise técnica da consultoria Crédito e Mercado e os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações previdenciárias e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Foram autorizados os seguintes aportes: R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) no fundo BB IRF-M Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Previdenciário; R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) no fundo Caixa Brasil IRF-M Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa; R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais) no fundo Sicredi Institucional IRF-M Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa LP; R\$ 342.849,55 (trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) no fundo Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa; R\$ 2.048.147,57 (dois milhões, quarenta e oito mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) no fundo Itaú Institucional Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI; R\$ 2.606.530,00 (dois milhões, seiscentos e seis mil, quinhentos e trinta reais) no fundo Caixa Brasil IMA-B 5 Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa LP; e R\$ 2.609.099,96 (dois milhões, seiscentos e nove mil, noventa e nove reais e noventa e seis centavos) no fundo Itaú Institucional IMA-B 5 Responsabilidade Limitada FIF CIC Renda Fixa. Registrou-se, ainda, a 1.ª chamada de capital de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente ao fundo Crescera Growth Capital VI Feeder I Responsabilidade Limitada, bem como o vencimento do fundo Rio Bravo Proteção Responsabilidade Limitada FIF Multimercado, com o consequente resgate dos recursos nele aplicados, no montante de R\$ 4.662.333,22 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos). Ficou aprovada a emissão de APRs, no mês de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis), até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinadas ao custeio das despesas previdenciárias e administrativas da Autarquia, observada a disponibilidade financeira e a regularidade dos procedimentos internos. Ao final da reunião, foi realizada a apresentação institucional do Banco Santander, pelos representantes Thiago F. Coutinho e Kellen Alves, os quais abordaram o cenário macroeconômico nacional e internacional e os fundamentos que, segundo a instituição, justificariam eventual alocação nos produtos apresentados, sendo apresentados ao Comitê



IPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA



os fundos Santander Renda Fixa Ativo, CNPJ nº 25.507.132/0001-06, Santander Renda Fixa IMA-B 5+ CIC Responsabilidade Limitada, CNPJ nº 37.242.345/0001-67, e Santander Ações Dividendos, CNPJ nº 13.455.174/0001-90, com exposição de suas características, estratégias, objetivos, riscos, prazos de resgate, aderência ao perfil previdenciário e possível contribuição para diversificação da carteira e atingimento da meta atuarial. A Diretora-Presidente agradeceu a presença e a explanação dos representantes do Banco Santander e informou que os fundos apresentados serão encaminhados à consultoria Crédito e Mercado para análise técnica. Por fim, foi constatada a conformidade dos relatórios apresentados com a Política Anual de Investimentos vigente e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo registrada a ciência dos membros quanto às informações apresentadas e aprovada a continuidade do acompanhamento mensal da carteira de investimentos, bem como o encaminhamento dos fundos apresentados pelo Banco Santander para análise técnica da consultoria Crédito e Mercado antes de qualquer deliberação quanto a eventual aplicação. Todos os membros presentes manifestaram-se favoravelmente quanto à regularidade da reunião, à ciência dos relatórios apresentados e aos encaminhamentos deliberados. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Alessandra Arantes Marques, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

*Edgmar Soares de Aguiar,
Sebastião Corrêa da Silva, Almir Almeida, Guedson Valente,
Moraes de Oliveira, José Pereira Tavares, Alessandra
Arantes Marques.*